

10.22633/rpge.v29iesp4.20776



Revista on line de Política e Gestão Educacional
Online Journal of Policy and Educational Management

PARECER

Como referenciar este artigo:

Alobud, O. (2025). Dos algoritmos à responsabilidade: como estudantes de medicina autorregulam a aprendizagem na interseção entre direito e tecnologia. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 29(esp4), e025105. <https://doi.org/10.22633/rpge.v29iesp4.20776>

Submetido em: 20/11/2025

Revisões requeridas em: 25/11/2025

Aprovado em: 04/12/2025

Publicado em: 20/12/2025

Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz.



PARECER SOBRE O ARTIGO: DOS ALGORITMOS À RESPONSABILIDADE: COMO ESTUDANTES DE MEDICINA AUTORREGULAM A APRENDIZAGEM NA INTERSEÇÃO ENTRE DIREITO E TECNOLOGIA

O artigo apresenta uma contribuição relevante e atual ao investigar como estudantes de medicina desenvolvem estratégias de autorregulação da aprendizagem quando confrontados com conteúdos que integram direito, tecnologia e prática médica, em especial os aspectos computacionais, éticos e legais da medicina contemporânea. O enfoque qualitativo, sustentado por entrevistas semiestruturadas e análise temática de Braun e Clarke, permite compreender nuances cognitivas, emocionais e morais do processo de aprendizagem em contextos interdisciplinares.

A estrutura teórica é sólida e bem fundamentada, articulando modelos clássicos de autorregulação, como os de Zimmerman e Pintrich, com perspectivas contemporâneas sobre profissionalidade médica, identidade ética e competências digitais. A delimitação do campo empírico oferece uma perspectiva valiosa de como aprendizes não especializados em direito ou ciência da computação lidam com conceitos complexos e ambíguos, desenvolvendo mecanismos de planejamento, monitoramento e reflexão que transcendem o desempenho acadêmico e se aproximam de formas de governança ética.

Apesar desses méritos, o texto apresenta questões estruturais, formais e editoriais que demandam revisão. Entre os problemas mais evidentes está a incompletude dos elementos pré-textuais: o título em português e em espanhol não foi preenchido; os resumos nas duas línguas aparecem apenas como instruções de formatação; as palavras-chave não foram inseridas. Essas lacunas comprometem a normalização e a conformidade com o padrão exigido pela revista. Além disso, a ausência de resumos efetivamente redigidos pode gerar inconsistências entre a apresentação do artigo e seu conteúdo teórico-empírico, devendo ser corrigida com a elaboração de versões concisas que refletem os objetivos, métodos e achados do estudo.

Em termos de redação, o manuscrito é bem escrito e coerente, mas apresenta densidade argumentativa elevada, com parágrafos longos e períodos extensos que poderiam ser segmentados para favorecer a fluidez. A introdução, embora abrangente e conceitualmente consistente, é excessivamente extensa e repete ideias relacionadas à intersecção entre tecnologia, ética e direito, o que poderia ser sintetizado. Há também redundâncias na apresentação dos objetivos, que surgem em formulações ligeiramente diferentes no final da introdução. Recomenda-se consolidar tais passagens para evitar sobreposição e reforçar a clareza do foco investigativo.

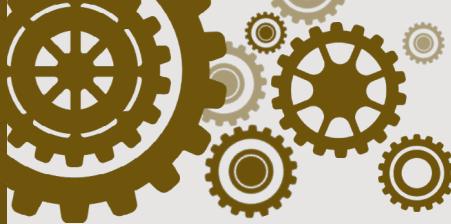
A revisão teórica é robusta, mas em certos momentos se aproxima de um inventário bibliográfico, sobretudo na seção que discute modelos de autorregulação. Uma reorganização mais sintética, articulando as referências diretamente às demandas do campo empírico,

tornaria o texto mais enxuto e direcionado. Além disso, algumas transições entre autores e correntes teóricas podem ser aprimoradas, com maior explicitação de como cada referência sustenta a tese central de que a autorregulação adquire novos contornos quando inserida em domínios jurídico-tecnológicos. A discussão, embora enriquecida pelo diálogo com autores contemporâneos, poderia ser mais seletiva, evitando repetições de conceitos apresentados nas seções iniciais.

Do ponto de vista metodológico, o desenho qualitativo está bem descrito e fundamentado, mas seria pertinente indicar com maior precisão o procedimento de codificação inicial, bem como a forma de registro e uso das notas de campo mencionadas brevemente. Além disso, embora a justificativa para focar estudantes regulares seja pertinente, o texto poderia explicitar como essa escolha impacta a transferibilidade dos achados. O rigor ético está adequado, mas a declaração de aprovação ética poderia ser mais detalhada, indicando o comitê responsável ou o número do parecer, caso existam.

Os resultados são claros, ricos e bem narrados, com trechos de fala que ilustram as categorias. Entretanto, algumas passagens repetem ideias logicamente próximas entre si, podendo ser sintetizadas para reduzir redundância. Da mesma forma, a seção de discussão retoma longamente elementos que já aparecem nos resultados, o que demanda maior distinção entre descrição e interpretação. Uma crítica comum à produção qualitativa é a sobreposição dessas duas instâncias, e o manuscrito se beneficiaria de ajustes que reforcem a função analítica da discussão, ampliando comparações com estudos prévios e evitando repetição literal de trechos dos resultados.

Apesar desses pontos, o artigo possui mérito científico expressivo ao propor uma interpretação inovadora da autorregulação como forma de governança ética em ambientes interdisciplinares. A compreensão de que estudantes transitam de estratégias técnicas para posturas reflexivas e responsáveis evidencia importante contribuição teórica para a educação médica, especialmente em contextos digitalizados e regulatórios. Com ajustes na estrutura editorial, redução de redundâncias, finalização de elementos pré-textuais e maior concisão em trechos teóricos e interpretativos, o manuscrito tem potencial para constituir uma publicação sólida, clara e relevante para pesquisadores em educação médica, ética profissional e estudos interdisciplinares sobre tecnologia e aprendizagem.



10.22633/rpge.v29iesp4.20776



Revista on line de Política e Gestão Educacional
Online Journal of Policy and Educational Management

OPINION

How to reference this paper:

Alobud, O. (2025). From algorithms to accountability: how medical students self-regulate learning at the intersection of law and technology. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 29(esp4), e025105. <https://doi.org/10.22633/rpge.v29iesp4.20776>

Submitted: 20/11/2025

Revisions required: 25/11/2025

Approved: 04/12/2025

Published: 20/12/2025

Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Deputy Executive Editor: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz.



OPINION ON THE ARTICLE: FROM ALGORITHMS TO ACCOUNTABILITY: HOW MEDICAL STUDENTS SELF-REGULATE LEARNING AT THE INTERSECTION OF LAW AND TECHNOLOGY

This article makes a relevant and timely contribution by investigating how medical students develop self-regulation strategies for learning when confronted with content that integrates law, technology, and medical practice, especially the computational, ethical, and legal aspects of contemporary medicine. The qualitative approach, supported by semi-structured interviews and thematic analysis by Braun and Clarke, allows for an understanding of the cognitive, emotional, and moral nuances of the learning process in interdisciplinary contexts.

The theoretical framework is solid and well-founded, articulating classic models of self-regulation, such as those of Zimmerman and Pintrich, with contemporary perspectives on medical professionalism, ethical identity, and digital competencies. The delimitation of the empirical field offers a valuable perspective on how learners who are not specialized in law or computer science deal with complex and ambiguous concepts, developing planning, monitoring, and reflection mechanisms that transcend academic performance and approach forms of ethical governance.

Despite these merits, the text presents structural, formal, and editorial issues that require revision. Among the most evident problems is the incompleteness of the pre-textual elements: the title in Portuguese and Spanish has not been filled in; the abstracts in both languages appear only as formatting instructions; the keywords have not been included. These gaps compromise standardization and compliance with the journal's required format. Furthermore, the absence of effectively written abstracts can generate inconsistencies between the article's presentation and its theoretical-empirical content, and should be corrected by developing concise versions that reflect the study's objectives, methods, and findings.

In terms of writing style, the manuscript is well-written and coherent, but it presents a high level of argumentative density, with long paragraphs and lengthy sentences that could be segmented to improve flow. The introduction, while comprehensive and conceptually consistent, is excessively long and repeats ideas related to the intersection of technology, ethics, and law, which could be synthesized. There are also redundancies in the presentation of the objectives, which appear in slightly different formulations at the end of the introduction. It is recommended to consolidate these passages to avoid overlap and reinforce the clarity of the investigative focus.

The theoretical review is robust, but at times it resembles a bibliographical inventory, especially in the section discussing self-regulation models. A more concise reorganization, directly linking references to the demands of the empirical field, would make the text more streamlined and focused. Furthermore, some transitions between authors and theoretical currents

could be improved, with greater explicitness in how each reference supports the central thesis that self-regulation takes on new forms when inserted into legal-technological domains. The discussion, while enriched by dialogue with contemporary authors, could be more selective, avoiding repetitions of concepts presented in the initial sections.

From a methodological point of view, the qualitative design is well described and substantiated, but it would be pertinent to indicate more precisely the initial coding procedure, as well as the method of recording and using the field notes mentioned briefly. Furthermore, although the justification for focusing on regular students is relevant, the text could explain how this choice impacts the transferability of the findings. The ethical rigor is adequate, but the ethical approval statement could be more detailed, indicating the responsible committee or the opinion number, if any.

The results are clear, rich, and well-narrated, with excerpts of speech illustrating the categories. However, some passages repeat logically related ideas, which could be synthesized to reduce redundancy. Similarly, the discussion section extensively revisits elements that already appear in the results, which demands a greater distinction between description and interpretation. A common criticism of qualitative research is the overlapping of these two instances, and the manuscript would benefit from adjustments that reinforce the analytical function of the discussion, expanding comparisons with previous studies and avoiding literal repetition of excerpts from the results.

Despite these points, the article possesses significant scientific merit in proposing an innovative interpretation of self-regulation as a form of ethical governance in interdisciplinary environments. The understanding that students transition from technical strategies to reflective and responsible stances demonstrates an important theoretical contribution to medical education, especially in digitized and regulatory contexts. With adjustments to the editorial structure, reduction of redundancies, finalization of pre-textual elements, and greater conciseness in theoretical and interpretative sections, the manuscript has the potential to constitute a solid, clear, and relevant publication for researchers in medical education, professional ethics, and interdisciplinary studies on technology and learning.